

Justos Seguros S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apuradas com base na regulamentação vigente.

A Seguradora

A Justos Seguros S.A., constituída em 31 de março de 2022, obteve autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para atuar dentro do modelo Sandbox Regulatório por até três anos, conforme publicado no Diário Oficial da União em 13 de outubro de 2022, por meio da Portaria SUSEP nº 8.020.

O Sandbox Regulatório implantado pela SUSEP, constitui-se de um ambiente regulatório experimental, que possibilite a implantação de projetos inovadores nos quais apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso.

A Justos Seguros atua no segmento de seguro Automóvel, com a intenção de oferecer seguros mais acessíveis e justos para a população em geral.

Agradecimentos

A Justos Seguros S.A. agradece a seus Acionistas e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores o nosso agradecimento e reconhecimento pela dedicação e qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria e Acionistas da
Justos Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 31 de março de 2022 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Justos Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 31 de março de 2022 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8



Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

JUSTOS SEGUROS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2022
CIRCULANTE		<u>4.169.914</u>	CIRCULANTE		<u>18.727</u>
Disponível		<u>5.525</u>	Contas a pagar	8	<u>18.727</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	<u>5.525</u>	Impostos e contribuições		<u>18.727</u>
Aplicações	6	<u>4.120.672</u>			
			Patrimônio Líquido	9	<u>4.151.187</u>
Títulos e créditos a receber	7	<u>43.717</u>	Capital Social		<u>4.000.000</u>
Créditos tributários e previdenciários		<u>43.717</u>	Reservas de Lucros		<u>151.187</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.169.914</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.169.914</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUSTOS SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PERÍODO DE 31 DE MARÇO DE 2022 (DATA DE INÍCIO DAS OPERAÇÕES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em reais – R\$)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas administrativas	10	(11.584)
Despesas com tributos	10	(65.620)
Resultado financeiro	10	295.403
Resultado operacional		<u>218.199</u>
Resultado antes dos impostos e participações		218.199
Imposto de renda	11	(32.730)
Contribuição social	11	<u>(34.282)</u>
Lucro líquido		<u>151.187</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUSTOS SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

PERÍODO DE 31 DE MARÇO DE 2022 (DATA DE INÍCIO DAS OPERAÇÕES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do período	<u>151.187</u>
Resultado abrangente total	<u>151.187</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

JUSTOS SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO DE 31 DE MARÇO DE 2022 (DATA DE INÍCIO DAS OPERAÇÕES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de Capital em Aprovação</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
			<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>		
SALDO INICIAL EM 31/03/2022	-	-	-	-	-	-
Capital Subscrito abertura	1.000	-	-	-	-	1.000
1ª Alteração contratual em 7 de junho de 2022	-	3.999.000	-	-	-	3.999.000
Aumento de Capital - Portaria SUSEP 8.020 de 13 de outubro de 2022	3.999.000	(3.999.000)		-	-	-
Lucro do período	-	-	-	-	151.187	151.187
Proposta para destinação do lucro líquido						
Reserva legal	-	-	7.559	-	(7.559)	-
Reserva estatutária	-	-	-	143.628	(143.628)	-
SALDO FINAL EM 31/12/2022	<u>4.000.000</u>	<u>-</u>	<u>7.559</u>	<u>143.628</u>	<u>-</u>	<u>4.151.187</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUSTOS SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

PERÍODO DE 31 DE MARÇO DE 2022 (DATA DE INÍCIO DAS OPERAÇÕES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em reais - R\$)

	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do período	151.187
Atividades operacionais	
Aplicações financeiras	(4.120.672)
Créditos fiscais e previdenciários	(43.717)
Impostos e contribuições	69.152
Caixa consumido na atividade operacional	<u>(3.944.050)</u>
Imposto sobre o lucro pagos	<u>(50.425)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>(3.994.475)</u>
Atividades de financiamentos	
Integralização de Capital	4.000.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>4.000.000</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>5.525</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.525
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

JUSTOS SEGUROS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Justos Seguros S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado cujo controlador é a Justos Brasil Participações Ltda, sendo em última instância a Justo Seguros Holdings Limited (Cayman). Foi constituída em 31/03/2022, está sediada na cidade de São Paulo e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 8.020/22, pelo tempo determinado de até 36 (trinta e seis) meses, correspondentes à vigência da autorização temporária concedida pela SUSEP, em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), nos termos do Edital Eletrônico nº 1/2021/SUSEP, da Resolução CNSP nº 381/2020 e Circular SUSEP nº 598/2020.

O Sandbox regulatório visa possibilitar a implantação de projetos inovadores que apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos, ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso.

A Seguradora tem por objeto social (i) explorar e operar seguros de danos e pessoas em todas as regiões do território nacional, respeitadas as disposições legais à autorização temporária para seu funcionamento no âmbito do Sandbox Regulatório. Atualmente, a Seguradora vem atuando, especificamente no ramo de automóvel.

As demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2023.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP e as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Na elaboração das presentes demonstrações, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/21.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota nº 3.

A Seguradora iniciou suas atividades no exercício de 2022, portanto não estão sendo apresentadas informações comparativas relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A. foram preparadas com base no princípio de continuidade operacional.

Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio do resultado, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora.

Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração utiliza seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e a definição dos valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, sendo eventuais diferenças reconhecidas prospectivamente.

Algumas notas explicativas incluem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Além disso, podem incluir informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas, com significativo risco de ajuste material em períodos subsequentes.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicada na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Os equivalentes de caixa são mantidos pela Seguradora com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Atualmente a Seguradora apresenta saldo somente na rubrica de contas bancárias.

Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, de acordo com sua Política de Investimentos.

A Seguradora classifica seus ativos financeiros na categoria de “mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos.

A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Redução do valor recuperável dos ativos financeiros

A Seguradora avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento do ativo e este evento de perda tenha impactado no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% aplicado sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder R\$ 240 mil. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é calculada considerando a alíquota vigente de 15%. A partir de 01 de agosto de 2022, a alíquota da CSLL foi aumentada para 16% até 31.12.2022, conforme a Lei nº 14.446/2022.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SUSEP estabelece que as sociedades seguradoras avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em Quotas de Fundos de Investimentos Renda Fixa.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Ativo	Rating AAA.br	Sem rating	Valor de Mercado 31.12.2022
Quotas de fundos de investimentos	4.120.672	-	4.120.672
Caixa e Bancos	-	5.525	5.525
Títulos e créditos a receber	-	43.717	43.717
Total	<u>4.120.672</u>	<u>49.242</u>	<u>4.169.914</u>

Os dados de Rating apresentados neste documento são da Moody's.

b. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento. Os recursos são alocados em liquidez imediata em Fundos de Renda Fixa para suprir as necessidades da companhia.

c. Risco de mercado

O risco de mercado caracteriza-se como a possibilidade de perda de ativos financeiros pela variação inesperada de seus preços, em decorrência de alteração de fatores como: taxa de juros, flutuações cambiais, inflação e/ou alterações nas condições de liquidez de títulos ou mercados.

Atualmente a Companhia entende que o risco de perdas resultantes das variações do mercado é insignificante, visto que os investimentos financeiros seguem o estabelecido para Companhias Seguradoras participantes do Sandbox Regulatório SUSEP (estrutura simplificada de investimentos), conforme determina a Resolução CNSP Nº 381/2020.

d. Risco operacional

O Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Seguradora.

A Companhia possui mecanismos de controles internos que ajudam na identificação de falhas e riscos nas suas operações. Tais mecanismos também auxiliam na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos e maior segurança nas operações de seguros.

e. Risco de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas.

A Justos Seguros optou pela estrutura simplificada de investimentos e efetua a apuração do capital de risco utilizando a fórmula apresentada no artigo 29 da Resolução CNSP nº381/20 e alterações.

A Seguradora, em 31 de dezembro de 2022, encontrava-se não-operacional, sem prêmios emitidos, sinistros, nem demais contas operacionais, portanto o Capital de Risco da Justos Seguros equivale a zero, sendo seu Capital Mínimo Requerido equivalente ao Capital Base.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022
Bancos	5.525
Total	5.525

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A classificação das aplicações financeiras por categoria e faixa de vencimento é apresentada da seguinte forma:

Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado)

Carteira de aplicações por vencimentos:

	<u>31.12.2022</u>
Valor justos por meio do resultado	Sem Vencimento
Quotas de fundos de investimentos – renda fixa *	<u>4.120.672</u>
Total	<u><u>4.120.672</u></u>

(*) Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, são ativos de nível 2 na hierarquia do valor justo.

Movimentação das aplicações financeiras:

	31.12.2022				
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Saldo final
Quotas de fundos e investimento - renda fixa	-	4.000.000	(175.122)	295.794	4.120.672
Total	-	4.000.000	(175.122)	295.794	4.120.672

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31.12.2022</u>
IRRF a compensar	43.717
Total	<u><u>43.717</u></u>

8. CONTAS A PAGAR

	<u>31.12.2022</u>
Impostos e contribuições	
Contribuição social	16.587
PIS	299
COFINS	<u>1.841</u>
Total	<u><u>18.727</u></u>

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.000.000 (quatro milhões de reais), e está representado por 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Reservas de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, quando aplicável.

O resíduo será distribuído aos acionistas proporcionalmente à quantidade de ações detidas, sendo o dividendo mínimo estabelecido em 25% (vinte e cinco por cento) do resíduo do lucro líquido da Companhia. A reserva estatutária é constituída nos termos do Estatuto Social, o montante do lucro, após a constituição da Reserva Legal, não destinado à distribuição aos acionistas.

A diretoria propôs a não distribuição de dividendos em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

10. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Despesas administrativas

	<u>31.12.2022</u>
Serviços de terceiros	(5.075)
Despesas com localização e funcionamento	(1.863)
Despesas com publicações	(2.500)
Outras despesas administrativas	(2.146)
Total	<u>(11.584)</u>

b) Despesas com tributos

	<u>31.12.2022</u>
COFINS	(11.832)
PIS/PASEP	(1.923)
Taxa de fiscalização SUSEP	(51.865)
Total	<u>(65.620)</u>

c) Resultado financeiro

	<u>31.12.2022</u>
Receitas com títulos de renda fixa privados	295.794
Despesas financeiras	(391)
Total	<u>295.403</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2022	31.12.2022
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social	218.199	218.199
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	218.199	218.199
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional	32.730	-
Alíquota de 15% de CSLL (16% a partir de 01.08.2022 até 31.12.2022 conforme Lei nº 14.446/2022)	-	34.282
Total do imposto de renda e contribuição social	32.730	34.282
	15%	15,71%

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Contingências

A Companhia não tem provisões em processos tributários, trabalhistas ou cíveis na data de 31 de dezembro de 2022.

b) Partes Relacionadas

A Companhia não tem saldos em aberto com Partes Relacionadas na data de 31 de dezembro de 2022.

* * * * *

Diretoria

Alan Douglas Oliveira Leal
Diretor Presidente

Erivaldo João de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 227614/O-7